

Memória da Reunião Ordinária da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos

Data: 16/09/2022 **Início:** 14h – Auditório Convenções – Edifício Laucas - SMS

Coordenador da Comissão: Woldir Wosiacki Filho

Vice Coordenadora da Comissão: Márcia Ines Marmilicz Kucarz - SMS

Relatoria: Danielle C. Saviski - Apoio Técnico Secretaria Executiva CMS

Relação de participantes: lista disponível na Secretaria Executiva do CMS para solicitação das declarações de presença.

Justificativa de Ausência: lista disponível na Secretaria Executiva do CMS.

1 - Aprovação da memória da reunião referente ao mês de agosto/2022

Woldir Wosiacki Filho - Coordenador da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos – entidade Sinfito – segmento trabalhador: cumprimentou a todos e todas, lembrou que a minuta da memória referente ao mês de agosto/2022 foi encaminhada para todos (as) para apreciação prévia. Após, colocou em votação a memória do mês anterior, considerando votos das entidades conselheiras conforme Regimento Interno. Memória aprovada por unanimidade sem correções. Prosseguiu para o próximo item da pauta.

2 - Exposição das dificuldades dos hospitais e entidades prestadoras de serviços de saúde, com relação ao que está sendo vivenciado referente a atualização do piso salarial da Enfermagem

Woldir Wosiacki Filho: relatou que com relação ao segundo item da pauta, gostaria de contextualizar um pouco sobre o assunto. Mencionou que o pedido deste item como pauta foi realizado com base nos acontecimentos preocupantes relacionados diretamente com questões assistências de saúde. Ressaltou que nos últimos dias fatos novos foram acontecendo, principalmente ao logo desta semana, mudando bastante a perspectiva e a realidade. Relatou que a importância da discussão nesta Comissão se faz justamente no papel das Comissões do CMS, que visam subsidiar o Pleno e a Mesa Diretora. Tendo em vista a possibilidade de problemas, como por exemplo com relação a recursos humanos e dificuldades dos hospitais com relação a temática em questão, a ideia desta Comissão foi chamar para uma conversa inicial acerca do tema, dentro dos limites deste Conselho. Relatou que esta Comissão já conversou com o grupo da Fundação e avaliou o impacto com um olhar voltado para a Enfermagem. Relatou que existia uma perspectiva de dificuldades por parte da rede hospitalar com relação ao assunto e devido a isto foi feito convite para FEMIPA discorrer sobre o tema.

Conselheira Rosita Marcia Wilner - Representante da FEMIPA – Federação das Santas Casas de Misericórdia e Hospitais Benéficos do Estado do Paraná no Conselho Municipal de Saúde de Curitiba: cumprimentou a todos e todas, se apresentou como Conselheira Municipal e Estadual, agradeceu o convite desta Comissão para falar sobre o piso salarial da Enfermagem. Enfatizou que a entidade a qual representa não é contra a atualização do piso salarial da Enfermagem, mas sim a favor da valorização de todos os profissionais da saúde. Ressaltou que é necessário financiamento e que houve impacto diante da sanção da Lei do Piso pelo Congresso sem a definição de uma fonte de financiamento. Mencionou que a aproximadamente 15 anos não há reajustes nas tabelas de procedimentos do SUS, sendo assim, não existem fontes de pagamentos. Afirmou que foi realizado um levantamento em mais de dois mil hospitais do Brasil, o que tornou possível avaliar o reflexo da situação, que apontou para provável fechamento de muitos serviços de saúde. Ressaltou que no Paraná, todos os hospitais filiados a FEMIPA responderam a este levantamento realizado de maneira sigilosa, sendo que o resultado sinaliza um impacto que resultaria no fechamento de quase três mil leitos e demissão de cerca de dez mil profissionais. Ressaltou não possuir os dados especificamente de Curitiba. Mencionou que a definição de novo prazo viabilizará tempo para procura de fontes de financiamento para a implementação do reajuste. Relatou que os hospitais prestadores de serviço em Curitiba já estiveram conversando com a SMS – Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba. Ressaltou que o município já proporciona um incentivo, não havendo outra fonte de recurso. Ressaltou também que se o Governo Federal não proporcionar recursos e/ou outra fonte de financiamento, não será possível a atualização do piso. Após se colocou a disposição para esclarecer dúvidas e/ou questionamentos.

Beatriz Battistella Nadas – Secretária de Saúde do Município de Curitiba – SMS – Segmento Gestor: solicitou a palavra, cumprimentou a todos e todas. Relatou que a situação da proposta da lei para atualização do piso nacional da Enfermagem, foi um movimento que já vinha acontecendo a alguns anos, em projetos que estavam tramitando tanto na Câmara Federal quanto no Senado, sendo um projeto antigo com mais de dez anos e que neste ano ganhou velocidade de tramitação dentro da Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Continuou dizendo que a sequência foi a sanção da lei pelo Presidente da República, mediante a clareza do merecimento da Enfermagem com relação aos salários mais adequados. Relatou que tecnicamente considera a lei adequada, pois contempla a questão da valorização profissional, afirmou não haver nenhum óbice com relação a isso, mas sim um grave problema: a origem do recurso. Mencionou que solicitou o cálculo do impacto do novo piso na equipe da Prefeitura de Curitiba e FEAS – Fundação Estatal de Atenção à Saúde. Como resultado do levantamento, mencionou que o valor para a Prefeitura é de R\$ 85.000.000,00 (oitenta e cinco milhões de reais) por ano. Da FEAS, aproximadamente R\$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) por ano. Afirmou que recebeu os diretores dos Hospitais, estes apresentaram a situação e o valor da conta referente ao impacto dos valores. Dos grandes hospitais de Curitiba contratualizados, disse que a informação é que o impacto será de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) por mês, sendo por ano R\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de reais) para fechar este ano e para o ano seguinte R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Relatou que o município de Curitiba não possui estes valores para dispor.

Mencionou o reflexo referente aos servidores aposentados da Prefeitura de Curitiba, cerca de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais). Informou que considerando os contratos, equipe própria e servidores aposentados, o impacto para Prefeitura de Curitiba fica estimado em cerca de R\$ 215.000.000,00 (duzentos e quinze milhões de reais) no ano com cálculos devidamente apurados. Reafirmou que o município não possui recursos disponíveis para fazer a implantação destes montantes. Relatou que não sabe se o Brasil teria condições para esta readequação, pois está vivendo no momento atual, na previsão orçamentária para o ano que vem na saúde, uma situação bastante difícil. Comentou que a previsão orçamentária para 2023 é semelhante à deste ano, sendo que parte está categorizada com emendas de Relator, também chamadas de emendas secretas. Continuou dizendo que as emendas dos Deputados não vão normalmente para custeio do dia a dia do sistema de saúde, mas para compra de equipamentos e reformas. Também mencionou o corte por parte do Governo Federal dos recursos previstos para a Farmácia Popular, gerando assim uma complexidade muito grande, sugerindo que na forma em que está a situação atual, dificilmente haverá recursos para a implantação do novo piso salarial da Enfermagem. Mencionou que existe um movimento de alguns Deputados, especialmente aqueles que lideram o projeto sobre o novo piso, com a proposição do estudo de três projetos de lei para aportar recursos. Sobre os projetos de lei, relatou que o primeiro diz respeito a uma loteria da saúde, a qual foi aprovada na Câmara dos Deputados com trinta dias para implementação. Sobre o segundo projeto de lei, explicou que o mesmo sugere conseguir recursos do Pré – Sal. Sobre o terceiro projeto de lei, disse que o mesmo sugere a captação dos recursos da mineração. Relatou sobre a medida cautelar solicitada ao Supremo Tribunal Federal pela Confederação Nacional dos Serviços de Estabelecimentos de Saúde. Tal medida pediu esclarecimentos sobre os pontos sem definição do projeto de lei, como as fontes de financiamento e demais questões pendentes para a implantação do piso. Relatou que a medida foi acatada tendo a maioria de votos a favor da suspensão do projeto por seis meses, para que neste período sejam apresentadas as fontes para financiamento. Relatou sobre a mobilização justa de outras categorias de profissionais da saúde, que também entendem estarem com o piso salarial defasado, profissionais da Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Farmácia, Odontologia entre outras categorias.

Conselheira Rosita Marcia Wilner: solicitou a palavra e disse que como cidadã e usuária do SUS considera que o Conselho tem representatividade para acionar os parlamentares. Relatou que considera que existe um trabalho a ser feito de esclarecimento com relação a questão de orçamento não só no que diz respeito a Enfermagem, mas também sobre orçamento da saúde. Agradeceu o convite desta Comissão e todo histórico apresentado pela Sra. Beatriz sobre como estão tramitando as questões referentes ao piso da Enfermagem.

Woldir Wosiacki Filho: ressaltou que o convite foi feito com base no que é preconizado por esta Comissão, com propósito de resolução das questões e não de conflitos, se antecipando às dificuldades. Sugeriu que a demanda seja encaminhada ao Pleno, no sentido de o mesmo estar se posicionando em torno da questão, com o propósito de garantir ao usuário e ser um multiplicador ao usuário por esta reivindicação.

Beatriz Battistella Nadas: solicitou a palavra para falar sobre a importância de

todos estarem atentos a sustentabilidade dos projetos e dos SUS. Ressaltou que o SUS precisa ser sustentável e com boa remuneração para os profissionais.

Woldir Wosiacki Filho: sugeriu como encaminhamento desta Comissão para Mesa Diretora e na sequência para o Pleno, uma demanda de um posicionamento do Conselho com relação a sustentabilidade para a adequação orçamentária aos enfrentamentos que existem. Mencionou que na realidade, a questão da Enfermagem não é só ela o impacto no processo, pois existem na estrutura dos hospitais as questões dos custos que estão apavorando e tudo isto contribuindo negativamente no sentido de se obter um adequado desempenho do sistema.

Conselheira Maria Lucia Gomes (Malu) – ASSEMPA – Segmento Usuário: se manifestou e disse que sua sugestão é que esta Comissão faça um documento e encaminhe para Mesa Diretora. Relatou que cada Comissão deve fazer um documento/parecer para a Mesa Diretora, sendo que a Mesa Diretora é quem deve reportar o assunto ao Pleno. Solicitou que o Sr. Juliano Gevaerd, Superintendente Executivo da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba traga o assunto do piso salarial da Enfermagem na reunião da Comissão de Orçamento e Finanças.

Woldir Wosiacki Filho: concordou com sugestão da Conselheira Malu com relação a formulação de um documento/parecer para Mesa Diretora.

Conselheira Anoema Lopes Sant'Ana – Distrito Sanitário Pinheirinho – Segmento Usuário: solicitou a palavra para dizer que acredita que hoje existem muitas reclamações do SUS porque as pessoas não conheciam tanto o SUS. Relatou que depois que muitas empresas deixaram de viabilizar convênios médicos isto causou um aumento na procura pelo Sistema Único de Saúde. Também mencionou a demora no atendimento de consultas médicas por parte dos convênios. Relatou que muitos profissionais médicos ortopedistas saíram da Clinipam devido os baixos salários.

Woldir Wosiacki Filho: perguntou se alguém gostaria de apresentar algum informe e/ou sugestão de pauta para próxima reunião. Não havendo, concedeu a palavra à Conselheira Maria Lucia.

Conselheira Maria Lucia Gomes: se manifestou e perguntou para a Gestão quantas cadeiras odontológicas estão sem condições de uso, relatou que a informação que recebeu é que são cadeiras do modelo fornecido pelo Ministério da Saúde, marca Kavo.

Juliano Schmidt Gevaerd - Superintendente Executivo - SMS - Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba - Segmento Gestor: em resposta ao questionamento da Conselheira, disse que é necessário realizar um levantamento dos dados.

Tânia Monteiro Mocellin - CRO - Conselho Regional de Odontologia do Paraná – Segmento Trabalhador: solicitou a palavra, relatou que é de seu conhecimento, que foi recebido um quantitativo grande de cadeiras odontológicas do Ministério. Relatou que na rede existem algumas cadeiras que estão merecendo manutenção e que parece que existem algumas dificuldades com relação ao conserto. Mencionou que considera ser possível realizar um

levantamento do quantitativo das cadeiras que necessitam manutenção.

Woldir Wosiacki Filho: sugeriu que o questionamento seja direcionado para Comissão de Assistência à Saúde.

Ondna Rodrigues Macedo - SINDACS - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde do Estado do Paraná – Segmento Trabalhador: solicitou a palavra para perguntar para Gestão se foi passado algum documento para os gestores da ponta dizendo que os Agentes de Saúde devem estar as 08h e às 17h e que existe lei obriga os Agentes estarem também no horário de almoço. Perguntou se foi realizada alguma orientação neste sentido. Relatou que irá realizar o questionamento para a Gestão também por Ofício.

Juliano Schmidt Gevaerd: esclareceu que não foi realizada nenhuma orientação com relação a pergunta da Sra. Ondna.

Conselheira Anoema Lopes Sant’Ana: se manifestou, disse que com relação as cadeiras odontológicas que está acompanhando em seu distrito e estão ocorrendo as trocas e reformas.

Aline de Oliveira Perfeito – Diretora do Departamento Gestão de Pessoas – SMS - Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba - Segmento Gestor: solicitou a palavra, cumprimentou a todos e todas, apresentou as atualizações com relação ao Departamento de Gestão de Pessoas. Sobre as contratações por PSS, relatou que já foi realizada a banca de validação dos documentos e as contratações estão ocorrendo nos últimos dois dias. Ressaltou que estão sendo realizados todos os esforços possíveis para reposição do quadro de profissionais. Mencionou sobre a finalização da contratação de profissionais pelo PSS emergencial, sendo o último dia de contrato o próximo domingo. Esclareceu que o contrato que está sendo finalizado estava vinculado a condição de emergência em saúde pública, que não existe mais. Ressaltou que os postos de trabalhos não ficarão descobertos pois foi realizado um novo edital e novas contratações estão em andamento. Após agradeceu a atenção de todos e todas.

Woldir Wosiacki Filho: perguntou se mais alguém gostaria de se manifestar. Não havendo, agradeceu a presença e participação de todos e todas e encerrou a reunião.

Próxima reunião 14/10/2022